

PARTIDOS E ELEIÇÕES NA AMAZÔNIA: O SISTEMA PARTIDÁRIO DE RORAIMA EM PERSPECTIVA COMPARADA

Roberto Ramos Santos^(*)

RESUMO

Analisa os padrões de desenvolvimento do subsistema partidário eleitoral de Roraima numa perspectiva comparada com outros estados da Amazônia e com o País. Observa-se o grau de fragmentação e de institucionalização do subsistema político. Os dados mostram que no período analisado, Roraima teve a mais alta taxa média de volatilidade eleitoral brasileira na disputa para a Câmara dos Deputados e a terceira na Assembléia Legislativa, caracterizando uma instabilidade sistêmica. Argumenta-se que pelo menos dois fatores explicam a alta taxa de volatilidade do estado, a migração partidária de políticos durante as eleições e o impacto da entrada de novos eleitores no subsistema, vindos de outras Unidades da Federação.

Palavras-chave: Partidos políticos-Roraima. Eleições-Roraima.

PARTIES AND ELECTIONS IN THE AMAZÔNIA: THE PARTISAN SYSTEM OF COMPARED PERSPECTIVE RORAIMA

ABSTRACT

Analyze the standards of development of the partisan subsystem in the State of Roraima in a perspective of comparison with other states of the Region and the Country. The degree of fragmentation and institutionalization of the political subsystem is observed. The data show that in the analyzed period Roraima ranked first in the average tax of Brazilian electoral volatility in the dispute for the House of Representatives and third in the Legislative Assembly, thus characterizing a systemic instability. At least two factors are mentioned as an explanation for the high tax of systemic volatility of that state: the partisan migration of politicians during the elections and the impact of the entrance of new voters from other units of the federation in the subsystem.

Keywords: Political parties-Roraima. Elections-Roraima.

^(*) D.Sc. em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Reitor da Universidade Federal de Roraima(UFRR).
E-mail: robertoramos@ufrr.br

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste texto é analisar a formatação e a dinâmica do subsistema partidário eleitoral do Estado de Roraima no período 1990-2002. Para isso, foram tomadas como dimensão de análise os resultados das eleições para a Assembléia Legislativa e para a Câmara dos Deputados. O objetivo central é averiguar as características do subsistema político do Estado, isto é, perceber em que medida ocorre sua fragmentação e sua institucionalização.

Para analisar os padrões de desenvolvimento do subsistema eleitoral e parlamentar de Roraima, foram utilizados os seguintes indicadores: índice de avanço partidário (IA), fracionamento (F), número efetivo de partidos (Ne), desproporcionalidade (DP) e volatilidade (VE), além de alguns atributos próprios do sistema eleitoral, como comparecimento às urnas, taxas de abstenção e alienação.

2 OS NIVEIS DE PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

A Tabela 1 mostra os percentuais de comparecimento e de abstenção eleitoral em Roraima. Os dados indicam que os eleitores do Estado têm mantido elevadas as taxas de participação nos processos eleitorais. O percentual médio de votantes no período correspondeu a 80%. Enquanto isso, a taxa de abstenção, apesar de sofrer uma pequena variação em 1994, indica tendência de declínio. Nas eleições de 2002, ela foi de apenas 16%,

É importante dizer que, até 1988, o Estado de Roraima era Território Federal, tendo sua natureza jurídica transformada com a promulgação da Carta Magna do País. Seu quadro político foi ampliado, passando de quatro para oito, os representantes na Câmara dos Deputados, e elegendo, a partir do pleito de 1990, governadores, senadores e deputados estaduais. De modo geral, trata-se, no âmbito do federalismo brasileiro e na vigência do multipartidarismo atual, de um Estado relativamente novo que, ainda, não foi investigado pela Ciência Política. Aliás, pouco se sabe sobre a realidade político-partidária dos Estados da Amazônia. Espera-se que este artigo desperte mais interesse por este objeto de pesquisa especializada por parte da literatura especializada.¹

com um eleitorado que tem crescido de forma acentuada.

Em doze anos, o eleitorado de Roraima teve crescimento de aproximadamente 142%. Em 1990, o efetivo somava 86.226 eleitores, e em 2002, foi de 208.524. Em termos eleitorais, no período, nenhum outro Estado da Região Norte conseguiu ter o mesmo crescimento.

Tabela 1: Comparecimento e abstenção eleitoral no Estado de Roraima, 1990-2002(%)

Votantes	1990	1994	1998	2002
Comparecimento (%)	79,7	77,9	78,4	84,0
Abstenção (%)	20,3	22,1	21,6	16,0
N.º de eleitores	86.226	119.888	170.620	208.524

Fonte: Banco de dados do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

A Tabela 2 mostra que o Amapá foi o Estado que mais se aproximou de Roraima em termos de crescimento com 113,4%, ficando o

Acre em terceiro lugar com 87% e Rondônia na última posição com 49,9%.

Tabela 2: Crescimento eleitoral (%) nos Estados da Região Norte e do País, 1990-2002.

Estados	Crescimento Eleitoral Aproximado
Roraima	142,0
Amapá	113,4
Acre	87,0
Amazonas	72,3
Tocantins	57,4
Pará	54,5
Rondônia	49,9
Brasil	37,4

Fonte: Banco de dados do IUPERJ.

A Tabela 3 apresenta os percentuais de votos válidos, em branco, nulos e de alienação² (a soma de abstenção, dos votos nulos e em branco) para as eleições da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa de Roraima. Os dados mostram que os votos conferidos aos candidatos e partidos cresceram progressivamente; na última eleição, alcançou o patamar de 96,4% para a Câmara e 97,5% para a Assembléia, o que indica haver clara aceitação

dos partidos e candidatos no processo eleitoral por parte dos eleitores do Estado, reforçando a legitimidade do subsistema partidário.

Os maiores percentuais de votos válidos registrados na disputa para a Assembléia Legislativa se explicam pela maior proximidade dos políticos com suas bases eleitorais, muitas delas mantidas sob relação do tipo clientelista³.

Tabela 3: Indicadores de participação eleitoral em Roraima: votos válidos, em branco, nulos e taxa de alienação na Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa do Estado, 1990-2002

VOTOS/TAXA DE ALIENAÇÃO	CÂMARA DOS DEPUTADOS (%)				ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (%)			
	1990	1994	1998	2002	1990	1994	1998	2002
Válidos	76,0	80,2	94,4	96,4	80,0	84,1	96,3	97,5
Em branco	17,3	8,1	2,5	1,9	14,1	6,5	1,8	1,1
Nulos	6,7	11,7	3,1	1,7	5,9	9,3	1,9	1,4
Alienação	39,5	37,6	26,0	19,0	36,2	34,5	24,5	18,0

Fonte: Banco de dados do Luperj.

Quanto aos votos em branco e os nulos, observam-se proporções ínfimas nas duas últimas eleições, provocando efetiva queda nas taxas de alienação. Durante o período, o percentual de apatia eleitoral registrado nas eleições parlamentares de Roraima decresceu 20,5 pontos na disputa para a Câmara dos Deputados e 18,2 pontos na disputa para a Assembléia Legislativa.

A Tabela 4 apresenta as taxas de alienação eleitoral do período nos Estados da Região Norte e no País. A distribuição dos dados mostra que o padrão registrado em Roraima esteve bem abaixo do nível nacional nas quatro eleições; foi o menor no conjunto da região até 1994, suplantado apenas pelo Estado do Amapá, que, em 1998, reduziu suas taxas em 66,2% na Câmara e 56,8% na Assembléia, mantendo estáveis seus percentuais em 2002.

Tabela 4: Taxas de alienação (%) nos Estados da Região Norte e no País-Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, 1990-2002.

ESTADOS DO NORTE/ BRASIL	ALIENAÇÃO ELEITORAL									
	Câmara dos Deputados					Assembléia Legislativa				
	1990	1994	1998	2002	Média	1990	1994	1998	2002	Média
Roraima	39,4	37,6	26,0	19,0	30,5	36,2	34,5	24,5	18,0	28,3
Acre	52,9	47,7	35,3	24,7	40,2	44,1	36,2	31,1	24,8	34,1
Amapá	45,0	49,8	16,8	16,9	32,1	37,5	38,2	16,5	16,9	27,3
Amazonas	53,2	49,5	37,5	24,6	41,2	47,0	43,8	36,2	27,1	38,5
Pará	58,5	61,7	46,5	25,4	48,0	51,4	54,6	42,9	25,6	43,6
Rondônia	59,7	57,4	45,0	25,3	46,9	53,8	48,3	39,3	25,4	41,7
Tocantins	53,4	53,4	33,8	24,9	41,4	47,3	48,0	31,0	24,5	37,7
Brasil	51,7	51,8	37,2	24,0	41,2	47,8	46,8	35,2	24,0	38,5

Fonte: Banco de dados do Luperj.

Na distribuição das médias, Roraima ocupa, ainda, o primeiro lugar com 30,5 pontos. O fato de Roraima e o Estado do Amapá diferenciarem suas taxas de alienação dos demais Estados do Norte deve-se, provavelmente, ao tamanho do eleitorado. As duas unidades da Federação têm os menores colégios eleitorais do País. Em 2002, Roraima e o Amapá totalizaram, respectivamente, 0,2% e 0,3% do eleitorado nacional; agrega-se a isso o fato de que a Capital desses Estados concentra mais da metade dos eleitores, o que

facilita, pela aglomeração urbana das Capitais, maior mobilização dos partidos e candidatos durante a campanha e maior grau de envolvimento dos votantes com a escolha partidária no dia da eleição.⁴

Os Estados do Pará e de Rondônia, mesmo se comparados apenas aos números do País, apresentaram as taxas maiores de alienação eleitoral, embora seguissem a tendência de queda registrada nacionalmente.

3 A DISPUTA PARTIDARIA ELEITORAL

As Tabelas 5 e 6 mostram a distribuição de votos e cadeiras por partido nas eleições legislativas de Roraima. Constata-se, no período, que 29 partidos concorreram às eleições para a Câmara dos Deputados e 31 para a Assembléia Legislativa. Desses, somente 12 obtiveram 5% ou mais de votos válidos nos dois níveis eleitorais, 10 conseguiram eleger representantes para a Câmara dos Deputados e 19 para a Assembléia Legislativa.

Na competição da Câmara, o Partido Progressista Brasileiro (PPB), ex-Partido Democrático Social (PDS) e ex-Partido Progressista Reformador (PPR), apesar de sua força relativa oscilante, foi a única legenda que obteve representação nas quatro eleições. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) surgiu, também, com grande expressão eleitoral embora tenha decrescido sua força ao longo do período. Nas eleições de 1994, o partido conseguiu o maior percentual de votos registrados na Tabela 5 (46,3%); no somatório geral do período, obteve

o mesmo número de representantes do PPB (oito deputados). O Partido da Frente Liberal (PFL), que em 1998 apresentou seu menor desempenho, com cerca de 4% dos votos, foi em 2002 o partido mais bem votado, com 31,8% de votos e 37,5% de cadeiras.

Já o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em comparação com as grandes legendas nacionais, praticamente não obteve força. Somente nas eleições de 1998 conseguiu mais de 5% da votação, registrando um percentual de 11,6%. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que cresceu progressivamente até 1998, obtendo 17,9% de votos nessa eleição, apresentou desempenho bastante débil em 2002: só teve 0,7% dos votos, ficando no mesmo patamar de partidos sem nenhuma expressão eleitoral em cargos legislativos do Estado e da Federação, como o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e o Partido Geral dos Trabalhadores (PGT).

Tabela 5: Resultado eleitoral e distribuição da representação roraimense na Câmara dos Deputados por partido, 1990-2002 (%)*

PARTIDOS	1990		1994		1998		2002	
	Votos	Cadeiras	Votos	Cadeiras	Votos	Cadeiras	Votos	Cadeiras
PDS/PPR/PPB	26,9	25,0	14,1	12,5	42,2	50,0	11,0	12,5
PTB	25,5	37,5	46,3	50,0	11,7	12,5	6,1	
PFL	6,0	12,5	10,1	12,5	3,9		31,8	37,5
PMDB	3,5	12,5	3,3		11,6	12,5	2,4	
PSDB	5,6		8,6	12,5	17,9	25,0	0,7	
PL	4,9		2,0		5,4		10,9	12,5
PT	2,1		1,5		2,3		2,0	
PDT	2,7		2,8		2,3		9,7	25,0
PRN	1,3		0,0					
PSC	5,9		6,7	12,5	0,0		0,0	
PTR/PP	5,8		2,3					
PDC	8,1	12,5						
PSB	0,6		0,9		0,2		0,8	
PSD	0,5		0,8				0,2	
PST	0,4						9,5	12,5
PC do B	0,1				1,1		1,4	
PMN	0,1		0,0		0,0		0,3	
PSL							0,4	
PPS			0,0		0,3		3,8	
PRP			0,0		0,5		1,9	
PV			0,6					
PRTB							0,7	
PHS							0,1	
PGT							0,7	
PSDC							5,0	
PAN					0,1		0,1	
PTN					0,5		0,2	
PTC							0,1	
PCO							0,2	
Total	52.198	8	74.866	8	126.272	8	168.972	8

Fonte: Banco de dados do IUPERJ.

(*) Dados arredondados.

Tabela 6: Resultado eleitoral e distribuição da representação na Assembléia Legislativa de Roraima por partido, 1990-2002 (%)*

PARTIDOS	1990		1994		1998		2002	
	Votos	Cadeiras	Votos	Cadeiras	Votos	Cadeiras	Votos	Cadeiras
PDS/PPR/PPB	9,7	12,5	19,4	23,5	18,3	20,8	4,2	4,2
PTB	23,2	25,0	30,3	29,3	9,2	8,3	5,4	8,3
PFL	7,0	4,2	11,1	5,9	8,3	16,7	9,0	8,3
PMDB	5,4	8,3	2,5	5,9	10,3	12,5	6,4	4,2
PSDB	13,1	16,7	6,7	11,8	10,5	4,2	11,0	12,5
PL	15,2	16,7	2,7		1,1		1,1	
PT	2,7		1,9		2,1		2,1	4,2
PDT	2,8		4,7		18,3	20,8	5,6	4,2
PRN	8,0	8,3	0,0					
PSC	2,8	8,3	8,3	11,8	0,2		0,4	
PTR/PP	4,7		4,6	5,9				
PDC	2,4							
PSB	0,5		1,0		0,6		2,4	4,2
PSD	0,3		2,2	5,9	0,2		6,4	8,3
PMN	1,3		1,5		0,0		0,9	
PRP			2,6		0,3		2,7	4,2
PST	0,5				0,5		7,2	8,3
PC do B	0,4		0,0		0,3		0,2	
PPS			0,4		0,6		3,9	4,2
PV			0,1					
PSL					15,4	16,7	8,2	12,5
PT do B					2,0		1,2	
PRTB					0,4		2,9	
PTN					0,6		3,2	
8,3								
PAN					0,7		4,2	
4,2								
PGT					0,1		2,3	
PRONA							3,6	
PHS							1,0	
PSDC							4,2	
PTC							0,3	
PCO							0,0	
Total	54.999	24	78.518	17	128.779	24	170.913	24

No que concerne às eleições para a Assembléia Legislativa, em razão da maior magnitude eleitoral do distrito (a Assembléia compõe-se de 24 deputados), a distribuição de votos e cadeiras entre os partidos foi mais fragmentada, com as principais legendas obtendo representação nas quatro eleições. Além da força relativa do PPB, PTB, PFL, PMDB e PSDB, destaca-se o desempenho do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido Social Liberal (PSL) e de alguns partidos, que, em 2002, conseguiram eleger representantes pela primeira vez, entre eles: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Sobre o comportamento eleitoral do PT, vale notar que, embora o partido tenha conseguido fazer um deputado estadual, ainda, não foi capaz de ultrapassar a casa dos 3% de votos, sendo uma microlegenda no conjunto do Estado.

Grosso modo, nas duas Tabelas, percebe-se não haver, ainda, um padrão definido de alinhamento eleitoral que indique no subsistema partidário o predomínio efetivo de uma ou de algumas forças políticas em relação às demais forças competidoras.

De acordo com a clivagem esquerda/direita, os partidos roraimenses foram agrupados em blocos ideológicos nas Tabelas 7 e 8. Nelas, observa-se a força relativa do conjunto de partidos situados à esquerda, ao centro e à direita. Os partidos, não incluídos nesse eixo ideológico, foram classificados como indefinidos numa categoria residual.⁵

Pode-se afirmar que, embora o subsistema partidário de Roraima seja relativamente recente, de modo que conclusões definitivas não devem ser tiradas, a direita liderada por políticos como Neudo Campos, Ottomar de Souza Pinto e Romero Jucá⁶ tem-se configurado claramente no bloco majoritário, tanto para a Câmara (Tabela 7) quanto para a Assembléia (Tabela 8); o que reforça a velha tese de conservadorismo dos Estados da Região Norte, economicamente atrasados, que, em geral, são sobre-representados no Congresso.⁷ A esquerda tem disputado com o centro a segunda posição; com o esvaziamento desse último nas eleições de 2002, ela conseguiu a representação na Câmara dos Deputados pela primeira vez.

Tabela 7: Desempenho eleitoral dos blocos ideológicos em Roraima-Câmara dos Deputados, 1990-2002.

BLOCOS IDEOLÓGICOS	PERCENTUAL DE VOTOS				PERCENTUAL DE CADEIRAS			
	1990	1994	1998	2002	1990	1994	1998	2002
Esquerda	5,5	5,8	6,3	17,9	0,0	0,0	0,0	25,0
Centro	9,2	11,8	29,5	3,4	12,5	12,5	37,5	0,0
Direita	85,3	82,4	63,2	74,9	87,5	87,5	62,5	75,0
Indefinidos		0,0	1,0	3,8		0,0	0,0	0,0

Fonte: Banco de dados do Iuperj.

Tabela 8: Desempenho eleitoral dos blocos ideológicos em Roraima-Assembléia Legislativa, 1990-2002.

BLOCOS IDEOLÓGICOS	PERCENTUAL DE VOTOS				PERCENTUAL DE CADEIRAS			
	1990	1994	1998	2002	1990	1994	1998	2002
Esquerda	6,4	8,1	24,0	15,4	0,0	0,0	20,8	16,8
Centro	19,8	10,7	20,8	18,3	25,0	17,7	16,7	16,7
Direita	73,8	78,6	53,2	49,7	75,0	82,3	62,5	49,9
Indefinidos		2,6	2,0	16,6		0,0	0,0	16,7

Fonte: Banco de dados do IUPERJ.

Na Assembléia Legislativa, a disputa tem sido mais equilibrada, sobretudo a partir de 1998, quando os dois blocos mantiveram próximos seus percentuais de votos e de cadeiras, também seguidos de perto pelo bloco de partidos indefinidos na última eleição.

Índice mais alto de avanço partidário na Câmara, apresentou taxa negativa entre 1998 e 2002. Já na Assembléia, o processo foi inverso, com o bloco perdendo votos no primeiro intervalo, mas ganhando força na preferência dos eleitores nos dois intervalos seguintes.

Adaptando o índice de avanço partidário, no qual se verifica a mudança nas preferências eleitorais por partido (no nosso caso, por bloco ideológico) entre duas eleições consecutivas,⁸ observa-se, na Tabela 9, que a esquerda conseguiu obter crescimento em todas as pares de eleições da Câmara, só perdendo eleitores no último intervalo da Assembléia. O centro, que iniciou a competição registrando comparativamente o

Enquanto isso, a direita obteve índices positivos para todo o período nas duas casas embora com taxas de crescimento menores em relação aos demais adversários. Por sua vez, o grupo de partidos indefinidos conseguiu registrar as taxas mais altas de avanço partidário para os dois níveis eleitorais embora, em termos de proporção, esse crescimento só tenha ganhado importância no último sufrágio.

Tabela 9: Índice de avanço partidário em Roraima (blocos ideológicos)-Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, 1990-2002.

BLOCOS IDEOLÓGICOS	CÂMARA DOS DEPUTADOS			ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		
	1990-1994	1994-1998	1998-2002	1990-1994	1994-1998	1998-2002
Esquerda	1,40	1,90	9,12	2,20	8,95	-0,46
Centro	2,37	7,42	-2,72	-0,64	5,08	0,52
Direita	1,07	0,67	1,89	1,45	0,25	0,77
Indefinidos		3048,04	12,33		0,62	31,67

Fonte: Banco de dados do IUPERJ.

A Tabela 10 mostra a desproporcionalidade gerada pelas regras eleitorais no sistema partidário de Roraima. Para isso, utilizou-se o índice DP, proposto por Loosemore e Hanby (1971), que comparam a porcentagem de votos de cada

partido com a porcentagem de cadeiras legislativas que são atribuídas a eles.⁹ Tem-se como correta a preposição de que quanto maior for a distorção na conversão de votos em cadeiras, maior será a desproporcionalidade sistêmica.¹⁰

Tabela 10: Índice de desproporcionalidade eleitoral de Roraima na Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, 1990-2002.

DESPROPORCIONALIDADE ELEITORAL	1990	1994	1998	2002
Câmara dos Deputados	31,9	15,8	16,6	27,1
Assembléia Legislativa	18,4	21,1	16,9	22,4

Fonte: Banco de dados do Luperj.

Observando os dados da Tabela 10, nota-se que a desproporcionalidade eleitoral de Roraima tem sido bastante elevada nas duas casas legislativas. Em nenhum momento do período, ela configurou-se inferior ao patamar de dez pontos no qual a literatura considera aceitável aos padrões de funcionamento eleitoral.¹¹

Na Câmara dos Deputados, o índice só decresceu em 1994, mesmo assim para 15,8 embora, nessa eleição, tenha sido um pouco mais da metade do pleito anterior. Na Assembléia Legislativa, o decréscimo ocorreu somente nas eleições de 1998 quando a taxa registrada foi de 16,9.

Comparando os resultados da primeira e da última eleição, verifica-se que o índice de desproporcionalidade na Assembléia Legislativa do Estado subiu quatro pontos e, em 1994 e 1998,

principalmente nas eleições de 1994, foi superior ao da Câmara. O que contraria, em síntese, as hipóteses formuladas por Rae (1967) de que quanto maior for a magnitude eleitoral do distrito e, conseqüentemente, maior o número efetivo de partidos, menor será a desproporcionalidade do sistema; em razão de que grandes magnitudes contribuem para ampliar os sistemas partidários, aumentando a possibilidade de os pequenos partidos obterem a representação política.

As Tabelas 11 e 12 classificam os Estados brasileiros segundo a magnitude e os índices de desproporcionalidade eleitoral na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas, permitindo comparar o padrão registrado em Roraima com o dos demais Estados do País. Apesar da variação no período, verifica-se que o padrão de Roraima se encontra no mesmo patamar da maioria dos Estados federados que têm baixa magnitude.

Tabela 11: Índice de desproporcionalidade eleitoral no Brasil-Câmara dos Deputados, 1990-2002.

MAGNITUDE	ESTADOS	DESPROPORCIONALIDADE ELEITORAL				
		1990	1994	1998	2002	Média
8	Roraima	31,9	15,8	16,6	27,1	22,9
8	Acre	37,3	19,8	12,5	28,9	24,6
8	Amapá	31,5	38,1	37,6	33,3	35,1
8	Amazonas	30,2	21,6	20,0	22,9	23,7
8	Distrito Federal	31,0	24,4	19,4	29,3	26,0
8	Mato Grosso	37,4	22,6	13,1	11,8	21,2
8	Mato Grosso do Sul	21,0	16,9	23,1	25,9	21,7
8	Rio Grande do Norte	21,5	20,5	26,2	17,0	21,3
8	Rondônia	63,0	33,0	33,1	25,3	38,6
8	Sergipe	35,0	27,6	22,8	32,3	29,4
8	Tocantins	17,7	19,1	12,9	17,9	16,9
9	Alagoas	20,6	25,3	23,2	25,5	23,7
10	Espírito Santo	48,3	11,6	28,8	23,7	28,1
10	Piauí	20,5	10,1	13,7	15,6	15,0
12	Paraíba	15,7	15,5	15,7	19,0	16,5
16	Santa Catarina	15,2	8,4	8,1	16,6	12,1
17	Goiás	24,2	12,9	9,9	12,4	14,9
17	Pará	19,7	13,0	11,3	10,0	13,5
18	Maranhão	9,1	17,1	15,1	16,5	14,5
22	Ceará	11,4	7,9	16,0	14,6	12,5
25	Pernambuco	16,0	11,0	16,8	12,0	14,0
30	Paraná	9,4	13,4	10,3	13,1	11,6
31	Rio Grande do Sul	12,4	5,7	4,3	4,6	6,8
39	Bahia	7,7	13,3	9,5	11,8	10,6
46	Rio de Janeiro	11,1	12,4	11,0	12,3	11,7
53	Minas Gerais	10,9	12,7	11,1	9,1	11,0
70 (*)	São Paulo	9,1	5,6	7,2	9,0	7,7
513 (**)	Brasil	10,5	8,4	7,1	7,5	8,4

Fonte: Banco de dados do Luperj e TRE dos Estados.

(*) Em 1990, a magnitude foi igual a 60.

(**) Em 1990, a magnitude foi igual a 503.

Tabela 12: Índice de desproporcionalidade eleitoral no Brasil- Assembléia Legislativa dos Estados, 1990-2002.

MAGNITUDE	ESTADOS	DESPROPORCIONALIDADE ELEITORAL				
		1990	1994	1998	2002	Média
24(*)	Roraima	18,4	21,1	16,9	22,4	19,7
24	Acre	11,0	12,8	13,9	19,2	14,2
24(*)	Amapá	22,4	13,4	17,6	20,2	18,4
24	Amazonas	21,7	17,4	15,4	22,0	19,1
24	Distrito Federal	29,1	15,7	15,8	17,4	19,5
24	Mato Grosso	18,1	20,4	14,6	10,1	15,8
24	Mato Grosso do Sul	14,8	7,1	21,9	21,7	16,4
24	Rio Grande do Norte	12,2	17,6	14,1	17,7	15,4
24	Rondônia	40,9	20,9	12,9	13,3	22,0
24	Sergipe	23,1	11,4	10,5	26,4	17,9
24	Tocantins	14,1	16,1	16,3	12,7	14,8
27	Alagoas	21,5	15,4	16,6	11,9	16,4
30	Espírito Santo	19,7	13,6	15,8	14,5	15,9
30	Piauí	18,8	11,1	11,1	12,9	13,5
36	Paraíba	36,6	13,3	7,0	9,9	16,7
40	Santa Catarina	9,6	12,2	4,6	8,2	8,7
41	Goiás	7,7	8,8	12,1	14,1	10,7
41	Pará	16,5	8,9	7,9	6,8	10,0
42	Maranhão	13,6	12,1	14,4	11,3	12,9
46	Ceará	13,3	11,1	9,1	10,8	11,1
49	Pernambuco	11,5	10,6	8,6	10,0	10,2
54	Paraná	9,7	5,0	5,0	8,5	7,1
55	Rio Grande do Sul	9,5	6,4	5,0	8,0	7,2
63	Bahia	12,7	7,6	7,0	6,8	8,5
70	Rio de Janeiro	11,4	6,0	19,3	7,8	11,1
77	Minas Gerais	11,7	7,1	8,8	8,1	8,9
94(**)	São Paulo	10,8	6,3	10,9	5,4	8,4
1.059(***)	Brasil	7,6	8,1	8,1	6,8	7,7

Fonte: Banco de dados do IUPERJ e TRE dos Estados.

(*) Em 1994, a magnitude foi igual a 17.

(**) Em 1990, a magnitude foi igual a 84.

(***) Em 1990, a magnitude foi igual a 1.049 e em 1994, igual a 1.045.

De modo geral, essas unidades foram as que apresentaram taxas elevadas de desproporcionalidade sistêmica. Rondônia, por exemplo, foi o caso mais extremado. Em 1990, sua desproporção eleitoral chegou a 63 pontos na Câmara dos Deputados e a 40,9 pontos na Assembléia Legislativa, com variação média no período de 38,9 e 22 pontos respectivamente. O Rio Grande do Sul foi o Estado brasileiro que apresentou o menor índice de desproporcionalidade média na Câmara dos Deputados: 6,8. Desde 1994, tem registrado taxas inferiores à do País. São Paulo,

em relação à Federação, também apresentou taxas menores na Câmara entre 1990 e 1994, sendo o segundo Estado de menor desproporção média do período, com 7,7.

Nas Assembléias Legislativas, o Paraná obteve o primeiro lugar com 7,1 pontos, seguido do Rio Grande do Sul com 7,5. A Bahia mostra decréscimo progressivo e o Rio de Janeiro, depois de ter registrado o segundo índice mais baixo em 1994 (6,0), foi o segundo maior nas eleições de 1998 (19,3).

4 FRACIONAMENTO ELEITORAL E NUMERO EFETIVO DE PARTIDOS

Nesta seção discute-se o grau de dispersão de poder entre os partidos nas eleições legislativas de Roraima.¹² Foram aplicados dois indicadores que medem o mesmo fenômeno de distribuição da preferência eleitoral e das cadeiras parlamentares por legenda, mas são visualizados de formas diferentes: o índice de fracionamento e o número efetivo de partidos.¹³

Analisando a Tabela 13, verifica-se que a dispersão de voto no Estado tem sido, relativamente, alta. O índice médio de fracionamento eleitoral (Fe) foi de 0,79 para a Câmara dos Deputados e 0,86 para a Assembléia Legislativa, com pouca variação nas quatro eleições do período.

Tabela 13 : Indicadores dos sistemas eleitoral e partidário de Roraima-Câmara dos dos Deputados e Assembléia Legislativa, 1990-2002.

INDICADORES	CAMARA DOS DEPUTADOS				ASSEMBLEIA LEGISLATIVA			
	1990	1994	1998	2002	1990	1994	1998	2002
Fé	0,83	0,74	0,75	0,84	0,87	0,83	0,87	0,90
Fp	0,75	0,68	0,65	0,75	0,84	0,81	0,83	0,92
Ne	5,88	3,84	4,0	6,25	7,69	5,88	7,69	10,00
Np	4,00	3,12	2,85	4,00	6,25	5,26	5,88	12,50

Fonte: Banco de dados do IUPERJ.

A maior fragmentação vista nas eleições da Assembléia deve-se em razão da maior magnitude do distrito, que, como já foi discutido, contribui para maximizar as chances eleitorais dos pequenos partidos na obtenção da representação política. No que se refere à

tendência de comportamento do índice de fracionamento parlamentar (Fp), nota-se que os valores registrados no período foram menores do que os do fracionamento eleitoral (Fe), à exceção do índice da bancada da Assembléia Legislativa em 2002. Na justificativa de Rae (1967), os índices

menores de Fp em relação ao Fe ocorrem porque os regimes eleitorais na hora de transformar votos em cadeiras tendem a favorecer os grandes partidos na proporção.

O número efetivo de partidos expressa de forma mais precisa a dispersão de poder eleitoral e de representação política entre as legendas na medida em que descarta os partidos políticos que tiveram uma votação inexpressiva, considerando apenas os que receberam um mínimo de apoio popular capaz de competir efetivamente numa determinada eleição.¹⁴

Observando os dados da Tabela 13, nota-se que o Ne de Roraima revelou, em 1990, a existência de, aproximadamente, seis partidos efetivos na disputa para a Câmara dos Deputados

e oito na Assembléia Legislativa. Em 1994, o índice mostrou perda competitiva de duas forças nos dois níveis eleitorais. Em 1998, voltou a crescer na competição da Assembléia e configurou de modo geral um quadro político mais complexo de divisão multipartidária em 2002, com o índice da Câmara posicionando-se em 6,25 e o da Assembléia em dez partidos efetivos.

Considerando o desempenho dos partidos parlamentares efetivos (Np), verifica-se que, a exemplo do que ocorreu com o fracionamento parlamentar, a dispersão de cadeiras apresentou, para quase todo o período, índices menores do que a dispersão de votos, refletindo a desproporcionalidade sistêmica gerada pelas regras eleitorais em favor das grandes legendas, tal como previsto por Era (1967).

5 VOLATILIDADE ELEITORAL

O índice de volatilidade eleitoral é utilizado para medir as mudanças na preferência partidária dos eleitores entre uma eleição e outra. O cálculo do índice revela o grau de instabilidade dos sistemas partidários tendo em vista que apresenta dados agregados acerca da transferência de votos entre partidos. Quanto maior for essa transferência, menor é a capacidade do sistema de apresentar lealdades políticas estáveis por parte dos eleitores.¹⁵

Pelo cálculo aplicado às eleições da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa de Roraima (Tabela 14), pode-se constatar que o padrão de volatilidade eleitoral total (VT) do Estado foi bastante elevado no período, sobretudo nas eleições para a Câmara dos Deputados em que o índice dobrou seu valor relativo entre o primeiro intervalo e o último. Ele evoluiu progressivamente, entre 1990 e 1994, de 30,2 pontos para 63,8 pontos entre 1998 e 2002.

Tabela 14: Índice de volatilidade eleitoral de Roraima na Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, 1990-2002.

VOLATILIDADE ELEITORAL	1990-1994	1994-1998	1998-2002
Câmara dos Deputados	30,2	52,4	63,8
Assembléia Legislativa	34,0	45,6	42,6

Fonte: Banco de dados do IUPERJ.

Já na Assembléia, a volatilidade das preferências eleitorais foi um pouco menor em relação à da Câmara e teve decréscimo entre 1998 e 2002, sem, contudo, caracterizar um padrão de descenso capaz de mostrar uma mudança efetiva no grau de instabilidade do subsistema partidário. Os dados mostram que a taxa de volatilidade eleitoral da Assembléia Legislativa do Estado foi superior aos 40 pontos entre 1994-1998 e 1998-2002.

A Tabela 15 faz uma comparação entre o nível médio de volatilidade eleitoral de Roraima e o dos demais Estados do País. Os dados do período revelam que o Estado apresentou a mais alta volatilidade média brasileira para a Câmara dos Deputados 48,8 pontos, cerca de três vezes mais do que o valor registrado pelo Rio Grande do Sul (13,4), por Santa Catarina (14,3) e o índice nacional (16,0).

Tabela 15: Índice de volatilidade eleitoral média por Unidade Federativa do Brasil-Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, 1990-2002.

ESTADOS	VOLATILIDADE MÉDIA	
	Câmara dos Deputados	Assembléia Legislativa
Roraima	48,8	40,7
Rondônia	47,6	37,4
Amazonas	45,1	42,9
Tocantins	44,7	31,3
Acre	42,3	31,0
Amapá	31,4	30,6
Pará	27,8	27,2
Maranhão	28,3	32,6
Piauí	23,5	24,3
Ceará	22,8	25,5
Rio Grande do Norte	31,1	25,6
Paraíba	25,8	26,5
Pernambuco	25,3	26,6
Alagoas	47,8	51,4
Sergipe	34,7	31,2
Bahia	20,0	24,5
Mato Grosso	28,1	29,3
Mato Grosso do Sul	38,0	34,9
Goiás	37,4	31,6
Distrito Federal	34,6	29,9
Minas Gerais	25,7	26,5
Espírito Santo	29,9	22,5
Rio de Janeiro	32,4	33,7
São Paulo	23,0	20,9
Paraná	36,0	34,3
Santa Catarina	14,3	12,6
Rio Grande do Sul	13,4	13,2
Brasil	16,0	15,4

Fonte: Banco de dados do IUPERJ.

Nas eleições para a Assembléia Legislativa, Roraima ocupou a terceira posição, com um índice médio de 40,7 pontos, apenas perdendo para o Estado do Amazonas (42,9) e de Alagoas (51,4), que diferenciou sua volatilidade na Região Nordeste, obtendo mais que o dobro da média apresentada pelo Piauí, Ceará e Bahia. Santa Catarina (12,6) e o Rio Grande do Sul (13,2) continuaram como os Estados brasileiros de menores taxas médias de volatilidade, até mais baixas do que o padrão registrado no País (15,4 pontos).

Grosso modo, apesar da pouca seqüência de eleições analisadas e da grande variação entre os Estados, fica evidente a baixa institucionalização da maioria dos subsistemas partidários do Norte. A volatilidade eleitoral tem sido muito mais alta nessa região, caracterizando uma instabilidade sistêmica. Somente os subsistemas partidários do Amapá e Pará conseguiram, no contexto regional, diferenciar seu padrão de voto, mostrando uma capacidade

mínima de estruturar a competição político-partidária e as preferências eleitorais agregadas. Os dois Estados tiveram taxas médias inferiores às unidades federativas como o Rio de Janeiro, Paraná e Goiás.¹⁶ Entre os argumentos que podem explicar a alta taxa de volatilidade eleitoral do Estado de Roraima no período estudado, consideram-se, pelo menos, dois fatores: primeiro, a migração partidária de políticos durante as eleições; segundo, o impacto da entrada de novos eleitores no subsistema vindo de outros Estados.

No que se refere ao primeiro fator, a Tabela 16 registra o percentual de candidatos que concorreram ao pleito da Câmara e da Assembléia em duas eleições consecutivas pelo mesmo partido e por partidos diferentes. Os dados mostram que a proporção de candidatos concorrendo ao mesmo cargo legislativo por partidos diferentes foi bem superior a dos que disputaram pela mesma legenda.

Tabela 16: Vinculação partidária de candidatos em pares de eleições em Roraima, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, 1990-2002 (%).

VINCULAÇÃO PARTIDÁRIA	CÂMARA DOS DEPUTADOS			ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA		
	1990-1994*	1994-1998	1998-2002	1990-1994*	1994-1998	1998-2002
Candidatos que concorreram pelo mesmo partido		36,4	27,3		18,2	31,2
Candidatos que concorreram por partidos diferentes		63,6	72,7		81,8	68,8
Total (=100)		11	11		33	32

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE)-RR.

(*) dados incompletos.

Na Câmara, o percentual registrado em 1998-2002 foi de 72,7% contra 27,3%. Na Assembléia, apesar de ter decrescido 13 pontos percentuais entre o segundo e o terceiro intervalo, a taxa continuou bastante elevada no último período, configurando-se em 68,8% contra 31,2%.

O impacto da migração partidária na fluidez do sistema eleitoral do Estado ocorre porque os eleitores brasileiros, em média, têm tendência para atribuir seu voto mais aos políticos do que aos partidos. A troca de legenda por parte dos políticos acaba gerando mudanças no suporte de apoio eleitoral dos partidos políticos,

porque as campanhas eleitorais no Brasil, ainda, são predominantemente individualistas. Elas se concentram mais na pessoa do candidato do que no partido, resultando na baixa identificação do corpo eleitoral com as siglas partidárias e os vínculos mais estreitos com os candidatos.¹⁷

Considerando, apenas, o número de deputados que concorreram à reeleição, verifica-se, na Tabela 17, que a taxa de parlamentares que trocaram de legenda, comparada a de candidatos, foi ainda maior nas eleições da Câmara, mantendo-se mais ou menos equivalente nas eleições da Assembléia.

Tabela 17: Vinculação partidária dos deputados roraimenses em pares de eleições Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa, 1990-2002 (%).

VINCULAÇÃO PARTIDARIA	CÂMARA DOS DEPUTADOS			ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		
	1990-1994	1994-1998	1998-2002	1990-1994	1994-1998	1998-2002
Deputados que concorreram nelo mesmo partido	57,1	12,5	20,0	42,9	20,0	35,3
Deputados que concorreram por partidos diferentes	42,9	87,5	80,0	57,1	80,0	64,7
Total (=100)	7	8	5	21	15	17

Fonte: TRE-RR.

No período 1990-1994, os deputados federais que mudaram de filiação partidária entre uma legislatura e outra formaram o percentual de 42,9%. Em 1994-1998, esse percentual subiu mais do que o dobro, registrando taxa de 87,5% e, em 1998-2002, constituiu-se no nível de 80%. Já na Assembléia, a variação dos que preferiram trocar de legenda ficou no patamar de 57,1% no primeiro intervalo, 80% no segundo e 64,7% no terceiro, constatando que, em termos percentuais, no período estudado, os deputados estaduais de Roraima mudaram menos de partido do que os deputados federais.

O segundo fator que concorre para explicar a alta taxa de volatilidade eleitoral do Estado de Roraima tem a ver com mudanças na composição do eleitorado. Considera-se relevante o impacto no padrão de competição político-partidária provocado pela entrada de novos eleitores vindos de outros Estados. A Tabela 18 mostra que, entre 1995 e 1998, o subsistema eleitoral de Roraima incorporou 50.732 novos eleitores; desses, 25,6% vieram de outras unidades federativas. No período 1999-2002, o percentual de eleitores que transferiram seu domicílio eleitoral para o Estado de Roraima foi de 62,1%, num total de crescimento de 37.904 votantes.

Tabela 18: Proporção de eleitores de outros Estados que migraram para Roraima, 1990-2002.

MIGRAÇÃO ELEITORAL	1990-1994	1995-1998	1999-2002
Eleitores	(*)	25,6	62,1
Total do crescimento do eleitorado de RR (=100)	33.662	50.732	37.904

Fontes: TSE e TRE-RR.

(*) dados não encontrados.

Pelo peso que assume o processo de migração eleitoral na composição do corpo de votantes do Estado, não se pode desconsiderar a influência desse fator atuando sobre o padrão de competição partidária; uma vez que, geralmente,

grande parte dos eleitores que transfere seu domicílio eleitoral para outra unidade federativa precisa de tempo para construir lealdades políticas estáveis, podendo variar antes sua preferência eleitoral entre uma eleição e outra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procurou-se investigar a formatação e a dinâmica do subsistema partidário eleitoral do Estado de Roraima no período 1990-2002. Mediante a análise dos resultados das eleições para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa, mostrou-se o grau de fragmentação e de institucionalização do subsistema político.

somente 12 legendas conseguiram um mínimo de 5% de votos válidos, 10 elegeram representantes federais e 19 estaduais. O PPB foi a única legenda a adquirir representação em todos os pleitos da Câmara e, na Assembléia, alguns dos principais partidos nacionais (PPB, PFL, PTB, PMDB, e PSDB) obtiveram nível razoável de representação.

Roraima apresentou, no período estudado, um crescimento de aproximadamente 142% de seu eleitorado; mais do que a proporção registrada no País e nos outros Estados da Região Norte. Em termos de participação eleitoral, o comparecimento dos roraimenses às urnas foi grande, uma média de 80%, com decréscimo evidente nas taxas de abstenção e nos votos nulos e em branco.

Na performance dos indicadores que apontam para o desempenho do subsistema político, o índice de avanço partidário mostrou que o bloco de partidos de direita teve avanço regular nas duas casas legislativas em todos os pleitos. O centro apresentou seu maior crescimento entre 1994 e 1998, e o bloco de esquerda também conseguiu mostrar valores positivos em todas as eleições da Câmara e na Assembléia até 1998. Quanto ao grau de desproporcionalidade, o índice revelou valores elevados nos dois níveis eleitorais, e a dispersão de poder indicou um fracionamento partidário alto, com um número efetivo de partidos

Com relação à disputa partidária, os dados da pesquisa mostraram que, entre os 29 partidos concorrendo às eleições da Câmara e os 31 partidos concorrendo às eleições da Assembléia,

eleitorais totalizando seis na Câmara e dez na Assembléia em 2002. Para a volatilidade das preferências eleitorais, o cálculo do índice mostrou baixa capacidade do subsistema em apresentar lealdades políticas estáveis. No período, Roraima obteve a mais alta taxa média de volatilidade eleitoral brasileira na Câmara e a terceira na Assembléia, caracterizando uma instabilidade sistêmica.

Nas explicações para a alta taxa de volatilidade eleitoral de Roraima, foram salientados dois fatores: o primeiro tratou de

associar a variação das preferências eleitorais à migração partidária de políticos durante as eleições; o segundo relacionou a volatilidade com o impacto da entrada no subsistema de novos eleitores vindos de outros Estados. É importante dizer que os fatores relacionados aqui são vistos mais como tendências que apontam para um presente grau de instabilidade sistêmica, mas não se pode esquecer que o subsistema partidário eleitoral do Estado ainda é novo e o período estudado muito curto, de modo que não se deve retirar dessas tendências conclusões definitivas.

NOTAS

1 Este trabalho insere-se na preocupação de estudo de Olavo Brasil de Lima Júnior (1983, 1993, 1997) em compreender, do ponto de vista da experiência regional, o grau de evolução e o padrão de funcionamento do sistema partidário brasileiro, com sua complexidade e sua heterogeneidade (LAVAREDA, 1999).

2 Construção proposta por Santos (1987).

3 O clientelismo em Roraima foi discutido por Ramos (1999). Para compreensão do tema em âmbito nacional, cf. Leal (1986), Nunes (1984) e Mainwaring (2001) entre outros; para definição de clientelismo, cf. Graziano (1976) e Carvalho (1997).

4 Em 2002, 63,1% dos eleitores de Roraima e 60,2% dos eleitores do Amapá sufragaram o voto na Capital. No Estado do Amazonas, o peso da cidade de Manaus foi 55,4%; no Rio Branco (AC) 47,4%; em Porto Velho (RO) 23,9%; em Belém (PA) 23,8% e em Palmas (TO) 12,9%.

5 Tomando como base a classificação proposta por Meneguello (1994) e a clivagem local, procurou-se dividir os partidos roraimenses da seguinte forma: esquerda PT, PDT, PSB, PC do B, PPS, PCO, PV e PT do B; centro PMDB, PSDB e PMN; direita PDS/PPR/PPB, PFL, PTB, PL, PRN, PTR/PP, PDC, PSC, PSD, PSL, Prona, PSDC e PST; indefinidos PRP, PRTB, PTN, PAN, PGT, PHS e PTC. Sobre a posição ideológica

dos partidos brasileiros, cf. Lamounier (1989), Kinzo (1993), Fernandes (1995) e Mainwaring (2001).

6 Neudo Campos, Ottomar de Souza Pinto e Romero Jucá já foram governadores de Roraima. O primeiro tem sua história política no PPB, o segundo no PTB e o terceiro, embora esteja filiado ao PMDB, já foi do PFL e do PSDB, mantendo com esses partidos, fortes ligações nacionais.

7 Essa tese foi inicialmente defendida por Brito (1965) e reforçada por Soares (1973); também pode ser vista em Souza (1976), Kinzo (1980), Lamounier (1983) e Mainwaring (2001). O argumento central é que, na representação política brasileira, há uma sub-representação dos Estados mais desenvolvidos e industrializados do País em relação aos Estados de menor população, cuja cultura política é tradicional, atrasada e freqüentemente dominada por chefes políticos locais.

8 O índice de avanço partidário proposto por Wanderley Guilherme dos Santos (1977) é calculado da seguinte maneira:

$$I_a = \frac{(L_t - L_{t-1}) / L_{t-1}}{(V_t - V_{t-1}) / V_{t-1}}$$

em que L_t = votos do partido na eleição; L_{t-1} = votos do partido na eleição anterior; V_t = número de votantes na eleição e V_{t-1} = número de votantes na eleição anterior.

9 O cálculo da desproporcionalidade eleitoral é feito da seguinte forma: $\frac{v - c}{2}$, em que v é o percentual de votos e c é o percentual de cadeiras de cada partido.

10 Cf. Rae (1967), Taagepera e Shugart (1989), valendo conferir os comentários de Santos (1987). No caso do Brasil, cf., entre outros, o estudo de Nicolau (1991), que analisa a desproporcionalidade no sistema partidário do País.

11 Cf. Lima Júnior e Santos (1991).

12 Para o cálculo da dispersão de poder eleitoral e parlamentar em oito Estados brasileiros, cf. Lima Júnior (1997).

13 O índice de fracionamento foi proposto por Douglas Rae (1967); calcula-se da seguinte forma: $F = 1 - \sum v_i^2$, em que v_i é a proporção de votos de cada partido. Já a medição do índice de partidos efetivos, desenvolvido por Laakso e Taagepera (1979), é feita

pelo cálculo: $N = 1/F$, em que F é o fracionamento eleitoral (ou parlamentar).

14 Sobre o índice de partidos efetivos, cf. Rae (1967) e Taagepera e Shugart (1989).

15 A fórmula para calcular o índice de Pedersen (1983) é: $VT = \frac{t_1 - t_2}{2}$, em que t_1 é a eleição precedente e VT é o somatório das perdas e ganhos dos partidos entre duas eleições dividido por dois. Cf. Bartolini e Mair (1990) e Figueiredo (1995).

16 Sobre o padrão de volatilidade eleitoral dos Estados brasileiros, cf. Nicolau (1998) e Peres (2000). Para compreensão da volatilidade de alguns países da América Latina, cf. Mainwaring (1991) e Mainwaring; Scully (1994).

17 Para o aprofundamento desse ponto de vista, cf. os estudos de Mainwaring (1991; 2001).

REFERÊNCIAS

BARTOLINI, Stefano; MAIR, Peter. *Identity, competition, and electoral availability: the stabilisation of European electorates, 1985-1995*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BRITTO, Luiz Navarro de. A representação proporcional. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 19, 1965.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-245, 1997.

FERNANDES, Luís. Muito barulho por nada?: o realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, 1995.

FIGUEIREDO, Marcus. Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares, 1950-1978. *Opinião Pública*, Campinas, v. 3, n. 3, p. 121-127, 1995.

GRAZIANO, Luigi. A conceptual framework for the study of clientelistic behavior. *European Journal of Political Research*, Amsterdam, n. 4, p. 149-174, 1976.

KINZO, Maria D'Alva Gil Kinzo. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

_____. *Representação política e sistema eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1980.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. "Effective" number of parties: a measure with application to West Europe. *Comparative Political Studies*, v. 12, n. 1, p. 3-27, 1979.

LAMOUNIER, Bolívar. A representação proporcional no Brasil: mapeamento de um debate. *Revista de Cultura e Política*, n. 7, 1983.

_____. *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Loyola, 1989.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

LEAL, Víctor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências, 1982-1994*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. *Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-64*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____.; SANTOS, Fabiano G. Mendes dos. O sistema proporcional no Brasil: lições de vida. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/luperj, 1991.

LOOSEMORE, Jonh; HANBY, Victor J. The theoretical limits of maximum distortion: some analytical expressions for electoral systems. *British journal of Political Science*, n. 1, 1971.

MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 29, p. 34-58, 1991.

_____. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____.; SCULLY, Timothy R. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 43-76, 1994.

NICOLAU, Jairo Marconi. O sistema eleitoral brasileiro: a questão da proporcionalidade da representação política e seus determinantes. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj, 1991.

_____. A volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados brasileira, 1982-1994. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. Trabalho apresentado... Caxambu, 1998.

NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

PEDERSEN, Mogens. Changing patterns of electoral volatility in european party systems, 1948-1977: explorations in explanation. In: DAALDER, H.; MAIR, Peter. *Western european party systems: continuity and change*. Beverly Hills, Sage, 1983.

PERES, Paulo Sérgio. Sistema partidário, instabilidade eleitoral e consolidação partidária no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ABCP, 2., 2000, São Paulo. Trabalho apresentado... São Paulo, 2000.

RAE, Douglas. *The political consequences of electoral laws*. New Haven: Yale University Press, 1967.

RAMOS, Roberto. Roraima: do pára-queda político ao clientelismo. *Textos & Debates*, Boa Vista, n. 5, p. 7-19, 1999.

SANTOS, Warderley Guilherme dos. As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, n., 14, p. 211-239, 1977.

_____. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1987.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Desigualdades eleitorais no Brasil. *Revista de Ciência Política*, n. 7, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

TAAGEPERA, R.; SHUGART, M. S. *Seats and votes: the effects and determinants of electoral systems*. New Haven: Yale University Press, 1989.

NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS

Resumo dos trabalhos contemplados com a 1ª colocação no Prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente
